

**NECROPOLÍTICA E BRANQUITUDE: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A
EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA**

***NECROPOLITICS AND WHITENESS: BRIEF NOTES ON EDUCATION FOR THE
POPULATION***

***NECROPOLÍTICA Y BLANCURA: BREVES NOTAS SOBRE LA EDUCACIÓN DE
LA POBLACIÓN***

Anderson Souza Oliveira
anderson.sociologo07@gmail.com
Doutorando em Sociologia (UFPB)
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo inicial traçar como os conceitos de necropolítica e branquitude estão relacionados, avaliando se podem ser pensados conjuntamente para compreender a realidade escolar cearense a partir de dados oficiais do Estado do Ceará a respeito da escolaridade de estudantes negros de 16 a 20 anos. Para tal objetivo, o artigo terá como base teórica Michael Foucault (2008), Mbembe (2012), Maria Aparecida Bento (2002) e Lia Schucman (2010) e James Holston (2013), permitindo traçar paralelos sobre como a cidadania pode ser interpretada a partir dessa discussão. Os dados apresentados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), referentes aos anos de 2016 a 2020, para que se possa perceber como ocorre esta operacionalização de conceitos. Assim, a questão central que norteia o presente artigo é: como se relacionam biopolítica, necropolítica, branquitude e educação? Para responder à questão, a primeira parte desse texto apresentará os conceitos de biopolítica (Foucault, 2008), necropolítica (Mbembe, 2012) e branquitude (Bento, 2002; Vainer, 2010) para, posteriormente, discutir como a educação e a cidadania podem ser compreendidas à luz desses conceitos.

Palavras-Chave: Necropolítica. Branquitude. Estudos críticos da branquitude.

ABSTRACT

The aim of this essay is to initially outline how the concepts of necropolítica and whiteness are related and whether they can be thought of together in order to think about the reality of schools in Ceará, based on official data from the state of Ceará regarding the schooling of black students aged 16 to 20. To this end, the essay will use as its theoretical basis Michael Foucault (2008), Mbembe (2012), Maria Aparecida Bento (2002) and Lia Schucman (2010) and James Holston (2013) to draw parallels between how citizenship can be thought of from this discussion. The data presented is from the PNAD and IDEB from 2016 to 2020 so that we can see how this operationalization of concepts occurs. Thus, the question guiding this essay is: how do biopolitics, necropolitics, whiteness and education relate? To answer this question, the first part of the essay will present the concepts of biopolitics (Foucault, 2008), necropolitics (Mbembe, 2012) and whiteness (Bento, 2002; Vainer, 2010) so that we can then discuss how education and citizenship can be thought of through these concepts.

Keywords: Necropolitics. Whiteness. Critical studies of whiteness.

RESUMEN

El objetivo inicial de este artículo es esbozar cómo se relacionan los conceptos de necropolítica y blanca, evaluando si pueden pensarse conjuntamente para comprender la realidad escolar cearense, a partir de datos oficiales del estado de Ceará sobre la escolarización de alumnos negros de 16 a 20 años. Para ello, el artículo se basará en los fundamentos teóricos de Michael Foucault (2008), Mbembe (2012), Maria Aparecida Bento (2002) y Lia Schucman (2010) y James Holston (2013), lo que nos permitirá establecer paralelismos entre cómo la ciudadanía puede ser interpretada a partir de esta discusión. Los datos presentados provienen de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios (PNAD) y del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB), para los años 2016 a 2020, con el fin de entender cómo se produce esta operacionalización de conceptos. Así, la pregunta central que guía este artículo es: ¿cómo se relacionan la biopolítica, la necropolítica, la blanca y la educación? Para responder a esta pregunta, en la primera parte de este texto se presentarán los conceptos de biopolítica (Foucault, 2008), necropolítica (Mbembe, 2012) y blanca (Bento, 2002; Vainer, 2010) y luego se discutirá cómo la educación y la ciudadanía pueden entenderse a la luz de estos conceptos.

Palabras clave: Necropolítica. Blancura. Estudios críticos de la blancura.

PRIMEIRAS DISCUSSÕES: FOCALTY E OS CONCEITOS DE “BIOPODER” E “BIOPOLÍTICA”

Ao trazer para o âmbito sociológico os conceitos de necropolítica (Mbembe, 2013) e branquitude (Bento, 2002), a partir da experiência educacional, é possível observar como ambos se entrelaçam na realidade social brasileira. Este artigo será de grande relevância, portanto, para analisar como esses conceitos teóricos operam na reprodução da branquitude, entendida como um sistema de privilégios das pessoas brancas que ainda persiste. Para fundamentar essa discussão, amparar-me-ei na educação cearense, com base nos dados oficiais do Estado, a fim de refletir sobre a aplicação dessas teorias neste contexto específico. Assim, o artigo busca inicialmente compreender se há alguma relação entre necropolítica e sistema educacional, pelo menos com base em dados quantitativos, para que, posteriormente, essa realidade possa ser examinada de forma mais detalhadamente.

O termo necropolítica está atualmente envolto em intensas discussões. Por estar associado ao conceito de morte, há debates significativos no Brasil devido ao genocídio da população negra que tem ocorrido nos últimos anos. Para ilustrar e evidenciar essa situação, segundo dados do Observatório da Segurança Pública no estado do Ceará, pessoas negras têm sete vezes mais chances de serem mortas pela polícia do que pessoas brancas. Quando Mbembe (2013) escreve seu texto, ele discute formas de dominação e modos de exercício de poder. Então, começo a abordar sobre a proximidade desse conceito com o de branquitude (Bento, 2002), que será discutido em breve. Em linhas gerais, este último conceito trata de como indivíduos racializados brancos mantêm qualquer tipo de dominação na sociedade, seja financeira, material ou simbólica. Quando Bento (2002) descreve a branquitude, é evidente sua relação com a questão simbólica, mas também é visível como essas dimensões de privilégios se estendem para outras nuances sociais.

Ainda discutindo o conceito de necropolítica, é essencial retornar ao termo biopolítica (Focault, 2008). A partir de uma investigação sobre biopoder e formas de submissão, Foucault explora como o racismo pode ser percebido dentro do Estado em sua forma politizada, ou seja, do racismo de Estado. Dessa forma, a explicação de Foucault (2008) tende a mostrar a formação do Estado Contemporâneo/Moderno. O autor demonstra ainda que as formas de dominação ocorrem de maneiras distintas em comparação com outros tipos de Estado, considerando que o Estado Moderno possui necessidades materiais e econômicas únicas. Assim, pode-se perceber que, em cada momento histórico da criação de um tipo de Estado, há uma forma específica de dominação, sendo esta última crucial para pensar o conceito de biopolítica e novas formas de poder, segundo Foucault. Portanto, o autor afirma a impossibilidade de conceber o poder sem considerar a história. As formas de dominação estão fundamentadas e respondem a uma determinada historicidade.

Quando Foucault descreve sobre a caracterização do poder, ele se refere não apenas ao respaldo das Leis jurídicas, mas também à dominação do corpo, ou seja, à sua concretude e sujeição. A lógica de um ser soberano que representa o poder não corresponde ao que o autor discute. Portanto, é crucial trazer esse elemento para o debate, pois, ao abordar a necropolítica, Mbembe (2012) evidencia como a ação do Estado incide diretamente sobre o corpo de sujeitos específicos. Para Foucault, a noção de biopolítica é característica do contexto do século XIX. Falar de política nessa perspectiva implica um sentimento de vida e morte. A partir de então, o “deixar viver” e o “deixar morrer” adquirem um novo status devido às mudanças socioeconômicas, definindo uma nova noção de soberania: quem sobreviverá? Quem morrerá?

Essas questões serão abordadas posteriormente. Antes, é necessário refletir sobre a teoria de Foucault acerca da biopolítica para contextualizar o tema deste artigo. O autor estuda o poder a partir das governamentalidades, ou seja, como as práticas governamentais são racionalizadas dentro da soberania política, e não de forma integral, o que permite afirmar que sua análise se dá no âmbito microssocial. Em “O Nascimento

da Biopolítica”, Foucault (2008) apresenta elementos que nos ajudam a compreender melhor essa questão. A partir de uma análise sobre o neoliberalismo, o autor descreve como o problema da governamentalidade é essencial para a explicação do poder, sendo parte de sua crítica à modernidade. Além dessa crítica, Foucault (2008) argumenta que os estados estão sempre em expansão geográfica e em relação à sociedade civil, caracterizando essa questão pela continuidade genética entre as formas de Estado: burocrático, fascista, totalitário etc.

Chegamos, então, às nomenclaturas de biopoder e biopolítica, nas quais o autor estabelece uma genealogia com a guerra, afirmando que a guerra é uma política por outros meios, mas que, na verdade, a política é a guerra (inclusive em relação à raça, sendo a base da modernidade capitalista neoliberal). O poder soberano, conceito fundamental para Foucault, é aqui apresentado como uma tecnologia de governo no contexto do biopoder. Apesar das substituições, o biopoder independe do Estado, mas necessita das relações. “Fazer morrer ou deixar viver”. Sendo essa a definição de poder soberano, podemos perceber que há uma determinação prévia do próprio soberano sobre quem ele permitirá viver ou morrer em determinado território, tal como nas monarquias absolutistas. Um poder indivisível e que não poderia ser confrontado. No entanto, se ocorresse um confronto com o soberano, era legítimo que ele matasse essa pessoa; em contrapartida, se fosse um corpo dócil, não seria morto. Isso não era uma exceção, mas sim um *modus operandi* social.

O biopoder, por sua vez, promove a vida ou permite a morte, abandonando certos indivíduos considerados descartáveis, abjetos, desprezíveis. Esses grupos sociais são subalternizados, incluem negras/os, LGBTQIA+, judeus, mulçumanos, entre outros. Com a nova ordem mundial capitalista, surgida após as revoluções industrial e francesa, houve uma mudança abrupta das relações sociais, econômicas e políticas. Para Foucault (2008), o poder neste contexto é fruto de relações sociais que permeiam a sociedade. No século XIX, essas relações passaram por modificações significativas.

Devido à sua proximidade com o estruturalismo, Foucault desenvolve sua teoria sobre o poder a partir de uma arqueologia-genealogia dos objetos sociais baseada nas relações existentes entre eles. As novas subjetividades emergentes nesse período histórico são fundamentais para a compreensão das relações de poder. Assim, o biopoder pode ser entendido como uma prática dos Estados Modernos para regular os indivíduos através de seus corpos, visando controlar populações. No século XIX, Foucault se concentra menos nas práticas individuais de poder e mais no controle populacional. Um exemplo clássico de sua obra são seus escritos sobre a sexualidade.

Quero aqui refletir sobre outro elemento importante dessa discussão, e que será indispensável na segunda parte deste artigo: o racismo. Foucault (2008) percebe que não é possível dissociar a discussão sobre o Estado do racismo, sendo este último um elemento característico dos estados. No século XIX, o racismo é utilizado como uma forma de atuação política dos Estados, não apenas mais uma diferença entre raças, mas como justificativa para colonizar, subalternizar e exterminar populações. O nazismo e o stalinismo são grandes exemplos históricos do século XX marcados por esta doutrina.

Assim, era na figura do Estado que se observava o racismo de várias formas. É importante notar que essa prática se justificava pelo bem maior da sociedade: matava-se em nome da preservação do bem-estar social. Ou seja, a morte de determinados corpos era legitimada para certos grupos. O darwinismo social também se manifestava ao determinar quais espécies deveriam viver ou morrer. Para isso, o Estado deveria exterminar aqueles considerados um perigo para a comunidade.

A biopolítica corresponde à racionalidade aplicada à prática governamental. Após observar o *modus operandi* do biopoder em suas diversas faces, à luz do neoliberalismo e influenciado pela Escola de Chicago, Foucault percebe como o capitalismo molda às relações sociais. Foucault (2008) denomina de *homo economicus* aquele que está mais interessado no mercado e nas trocas capitalistas do que em outros

estímulos. O autor então começa a identificar quais são os pormenores político-jurídicos que fazem do mercado o poder supremo no mundo contemporâneo.

O soberano, dentro dessa perspectiva, governa para o mercado, já que esta é a nova máxima para qualquer questão, transformando o homem em um agente econômico que precisa se especializar cada vez mais para estar no mercado de trabalho. Estamos diante de uma questão foucaultiana importante: como esse homem capitalista e o neoliberalismo se fundem neste espaço físico onde alguns corpos não são interessantes para essa realidade. As pessoas negras passam a ser vistas como seres estranhos e que ameaçam a vida social. E o Estado, nesse processo de intermediador, seria aquele quem determina que deve viver ou morrer.

A NECROPOLÍTICA E A EDUCAÇÃO: UM PERCURSO DE DESIGUALDADES

Dando continuidade à discussão, pretendo agora analisar como o conceito de necropolítica pode ser aplicado ao campo educacional da realidade cearense, utilizando dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) referentes aos anos de 2016 a 2020. Como observado, existe uma relação entre poder e racismo que, para Foucault (2008), é indissociável. Portanto, o racismo não pode ser considerado apenas uma teoria, mas sim uma prática que ocorre em diversos âmbitos e espaços. Essa tecnologia de poder pode ser utilizada para controlar populações e indivíduos, como ocorreu no Holocausto.

Em um momento tão inquietante como o atual, devido à pandemia e aos desafios enfrentados, é interessante perceber a importância do Estado na promoção de políticas públicas que determinam quem vive ou morre, como exemplificado pela compra e distribuição de vacinas contra a Covid-19.

O que antes era observado no Antigo Poder, através dos monarcas e da morte visível para todos os cidadãos, transforma-se na modernidade no controle dos povos

colonizados pelos europeus. Embora Foucault (2008) aborde a questão do racismo, é Mbembe quem amplia o conceito, trazendo mais elementos para refletir sobre como, especificamente, a população negra carrega o signo da morte decorrente da biopolítica, que ele denomina de necropolítica. Mbembe (2016) destaca que o biopoder divide as pessoas com base em seu privilégio de vida, sendo o campo biológico espaço crucial para essa discussão, dado o controle exercido sobre os grupos formados pelas populações, com o racismo sendo o elemento caracterizador de cada um desses agrupamentos. Assim, a vida tornar-se uma possibilidade política em que o detentor do poder tem assegurada a decisão sobre a vida dos indivíduos.

Nesse contexto, é possível identificar quem possuiu o direito à vida e aos direitos básicos (incluindo a educação, como veremos adiante). Na contemporaneidade, o poder de decidir a vida de pessoas está relacionado ao que Mbembe chama de poder da morte, presente em diversas esferas da vida. Assim, a necropolítica pode ser entendida como formas inusitadas da existência em sociedade, nas quais algumas populações têm suas condições de vidas vinculadas a um *status* que Mbembe (2016) nomeia de “mortos-vivos”.

Mbembe é cético ao afirmar que a política de morte está diretamente relacionada à raça, uma vez que tanto a necropolítica quanto a biopolítica compartilham essa característica. O exemplo da escravidão é utilizado por Mbembe para ilustrar como o corpo negro, mesmo após a libertação, permanece aprisionado sob a perspectiva do necropoder. O autor acredita que a teoria foucaultiana, apesar de abordar a questão do racismo, não consegue abranger de forma satisfatória as especificidades e complexidades do processo colonizador. Por isso, ele questiona se a noção de biopoder é capaz de compreender as formas de opressão contemporâneas (MBEMBE, 2017).

Mbembe (2017) explica sobre a importância da construção narrativa sobre o “Outro” na Modernidade. Para justificar a morte de populações, era necessário criar uma justificativa para tal ação. Sendo assim, criou-se no imaginário social a ideia do perigo

nacional representado por determinadas populações. O Estado utilizou esse discurso científico amplamente difundido nos séculos XVIII e XIX. O que antes era executado exclusivamente pela figura de um soberano, na Modernidade, pode ser realizado por qualquer pessoa com poder, não apenas através da sentença de morte, mas também desfavorecendo certos grupos pela falta de saúde, transporte público, educação, autonomia econômica e direitos humanos essenciais para sobrevivência.

Portanto, para compreender a necropolítica, é preciso pensar além de uma política de morte direta, considerando também os pormenores que contribuem para essa morte. É importante salientar que estamos diante de uma ação não apenas física, mas também simbólica. Logo, afirmar que necropolítica está relacionada exclusivamente à perda da vida em sociedade seria equivocada.

Essa morte, seja física ou simbólica, sempre foi evidente na realidade brasileira, manifestando-se através do genocídio da população negra brasileira, como bem descreve Abdias Nascimento (1978) ao denunciar o Estado brasileiro de práticas racistas em diversos espaços e momentos de nossa história. A partir da obra de Abdias, destaco novamente como as políticas públicas, essenciais para a manutenção de uma sociedade desigual, foram negadas às populações mais vulneráveis. Um sujeito importante nessa discussão, que merece atenção, é a pessoa branca.

Sempre que me referi a uma população que escravizou e subalternizou outra, estava me referindo aos europeus (o homem branco). A educação, como objeto empírico deste artigo, será utilizada para entender como a branquitude caminha lado a lado com práticas necropolíticas para a manutenção de privilégios simbólicos e materiais. Ao trazer o sujeito branco para o debate, pretendo que se compreenda o pertencimento étnico-racial do sujeito branco na realidade brasileira e sua responsabilização na discussão racial dentro da perspectiva educacional.

Essa é a mesma perceptiva abordada por Guerreiro Ramos na década de 1950, ao discutir sobre a patologia social do branco brasileiro (1957): é preciso estudar as questões étnico-raciais a partir do sujeito branco e não mais como um ser invisível.

O debate parte justamente da ideia universal de que o homem branco europeu é o sujeito inquestionável e referência para qualquer discussão. Dentro dessa perspectiva dos estudos críticos da branquitude, partimos da percepção de que o branco se considera, desde Descartes, como uma identidade racial invisibilizada, já que, dentro de uma divisão racial hierárquica, ele esteve e ainda está no topo.

Como bem discorre Ruth Frankenberg (1999), não podemos mais nos enganar acreditando que pessoas brancas estão invisíveis dentro dessa discussão racial, pois existem diversos indicadores que demonstram a desigualdade racial e social entre brancos e negros, desmascarando qualquer tipo de invisibilização. Assim, a branquitude deve ser entendida como uma posição em que indivíduos considerados e classificados como brancos foram paulatinamente privilegiados no acesso a recursos materiais e simbólicos, desde a época colonial, passando pela fase imperialista e sendo conservados até a contemporaneidade (Schucman, 2014). Portanto, a relação que se percebe é que o poder exercido pelo biopoder, biopolítica e necropolítica é, em grande parte, mantido por um sujeito em comum: o homem branco.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2015, no Brasil, 27 milhões de crianças e adolescentes têm seus direitos negados. Observando a realidade cearense a partir de uma perspectiva educacional, o mesmo indicador revela que, em 2019, pouco mais da metade (51,5%) dos jovens negros cearenses com mais de 25 anos de idade não concluíram o ensino fundamental, o que equivale a um total de 2,1 milhões de pessoas. Em 2016, o resultado foi ainda mais drástico: 55,1% de negros não finalizaram sua fase inicial de estudos.

Comparando esses números com os de pessoas brancas no mesmo ano (2019), observa-se uma queda de 42,7% para 38%. Esses dados revelam uma disparidade visível na forma como a educação é recebida e percebida por diferentes grupos raciais. Embora exista assistência educacional para estudantes negros, a pesquisa demonstra um número elevado de adolescentes que não concluem sequer o ensino fundamental.

Em comparação, o mesmo dado, para estudantes brancos, é menor. Historicamente, há uma vantagem do grupo étnico branco em relação ao negro.

A educação para negros no Brasil é marcada por silenciamento, negligência e descaso. Mesmo após a abolição, crianças e adolescentes, filhos de escravizados, não podiam frequentar a escola. Foi apenas após muitas reivindicações do Movimento Negro que o cenário começou a mudar ao longo do tempo (Cruz, 2005).

É necessário observar que as diferenças sociais no Brasil devem ser analisadas através do marcador racial para se obter uma real dimensão desses problemas. Desde a infância, podemos perceber as dificuldades enfrentadas pelas crianças negras, que, na fase adulta, podem enfrentar problemas financeiros, dado que o salário de pessoas negras é inferior ao de pessoas brancas. Nesse sentido, a cidadania de muitos estudantes é cada vez mais extinta pela negação desses direitos.

É importante salientar a relevância desse conceito para a discussão aqui apresentada. No Brasil, a cidadania é historicamente marcada por retrocessos e avanços, com características próprias decorrentes das diferenças de classes sociais. Para isso, é necessário considerar, pelo menos, duas noções de cidadania: uma como comunidade política e outra chamada substantiva, que diz respeito ao acesso a direitos civis, políticos e sociais. Uma forma não anula outra; na verdade, elas se complementam.

Na relação entre indivíduo e Estado, as relações sociais se baseiam em privilégios, tornando-se universais. Assim, tudo que não se enquadra nas normas dessa lógica é considerado perigoso e deve ser exterminado. Aqueles que possuem esses privilégios se encontram em *status* de maior cidadania e agem conforme suas vontades, pois detêm maior proteção. Além disso, contribuem para a manutenção desses privilégios. Por outro lado, a cidadania está diretamente ligada ao concreto e ao efetivo, ou seja, aos direitos que cada indivíduo possui. Nesse sentido, é imprescindível considerar a cidadania também a partir da dimensão racial. Quais sujeitos detêm esse *status* de cidadãos? Negros? Brancos? Dessa forma, é possível

perceber, inicialmente, a relação entre cidadania, branquitude e necropolítica, visto que são as pessoas brancas que detêm maiores privilégios em sociedade.

Para Holston (2013), embora a urbanização e globalização tenham um alcance considerável em todo o globo terrestre, proporcionando diversas vantagens, ao observarmos os países periféricos do Sul Global, veremos o que o autor chama de “cidadania insurgente”. Esse conceito se manifesta através de movimentos que surgem em resposta à falta de direitos básicos e resistência às desigualdades sociais. Para o autor, embora nem todas as periferias sejam exemplos de cidadanias insurgentes, é possível afirmar que este conceito representa uma categoria global de conflito. O conceito está atrelado à noção de resistência das populações que vivem essa realidade. Holston (2009) destaca ainda como o capitalismo e as desigualdades estão interligados e caminham juntos: a opressão, via injustiça social, acaba por atingir muitas pessoas. Se considerarmos a desigualdade de forma racializada, veremos que ela afeta as pessoas negras em maior número. E, ao observarmos especificamente a educação, essa característica se repetirá.

Os dados apresentados pelo IDEB e pela PNAD demonstram, de maneira quantitativa, a existência de uma desigualdade racial na educação cearense no que diz respeito ao ensino fundamental. A relação que desejo introduzir inicialmente neste artigo é que, embora existam políticas públicas relacionadas à escola no Brasil, essas políticas variam para cada indivíduo em relação à sua cor. Assim, há uma privação de cidadania que deveria ser experimentada por estudantes negros. Isso tem sido perpetuado ao longo da história por meio da reprodução de mecanismos de opressão às classes dominadas. O que ocorre hoje é uma continuidade do que foi construído no passado.

É interessante também destacar aqui a discussão sobre as classes sociais, já que Holston (2013) enfatiza essa questão, afirmando que a cidadania insurgente está ligada à luta da classe social inferior por mais direitos. Logo, o que resta para a classe

social inferior é a subcidadania, que pode ser entendida como uma categoria global de conflito.

Ao traçar um paralelo com os conceitos apresentados até aqui, é possível observar como todos estão interligados pelo privilégio da população branca no Brasil em diversos aspectos. No entanto, é através da educação que vemos essa vantagem simbólica e material de forma mais evidente. Nesse sentido, onde a necropolítica dá o tom deste artigo a partir do conceito de biopolítica de Foucault, avançamos teoricamente na discussão ao perceber como o Estado brasileiro, possui responsabilidade social direta nessa disparidade de privilégios.

Com relação aos dados apresentados, que servem como base empírica deste artigo, percebemos uma privação de direitos, embora não completa, já que a educação é oferecida a adolescentes e jovens no estado do Ceará. No entanto, essa oferta não ocorre de forma homogênea, como evidenciado pela discrepância dos dados em relação à raça dos estudantes, resultando em uma educação precária para alguns grupos.

Mbembe (2017) reflete sobre a forma que a política assume e questiona o papel do poder na vida de determinadas pessoas. Por que alguns corpos são destinados à vida e outros não? Assim, o ponto que desejo abordar é justamente o direito à educação, à vida e aos bens materiais. Adolescentes e jovens no Ceará são privados de uma educação básica mínima, abandonando os estudos. Isso não pode ser analisado sobre uma lógica de meritocracia, mas sim como resultado de um sistema que exclui negros, apesar de uma política universal. Essa contradição revela o perigo do debate se não considerarmos às condições de desigualdades que esses adolescentes e jovens enfrentam em sala de aula. Aqui, poderíamos refletir sobre as motivações por trás dos números apresentados.

Pesquisadores como Carlos Hasenbalg (1979; 2000), Fúvia Rosemberg (1991) e Iolanda Oliveira (2006) demonstram diversos aspectos que contribuem para o afastamento de estudantes negros das salas de aula: a questão do currículo escolar,

a formação docente ainda superficial sobre as questões étnico-raciais, a falta de acolhimento por parte dos gestores escolares e o senso comum sobre o racismo. Essas e outras questões são constantemente repensadas, mas todas possuem um ponto em comum: a exclusão de epistemologias negras, a sub-representação das pessoas negras no sistema educacional e até mesmo a falta de acolhimento para estudantes negros. Essas formas de privação da população estudantil negra podem ser explícitas, como agressões verbais, ou implícitas, como a exclusão de conteúdos importantes para o Movimento Negro e a história do povo afro-brasileiro.

Os dados apresentados levam-me a refletir como a necropolítica está diretamente ligada à educação cearense. Outro aspecto relevante que pretendo abordar neste artigo é como as pessoas brancas cumprem o pacto narcísico da branquitude, conceito cunhado por Maria Aparecida Bento (2002), que descreve a alternância de privilégios entre brancos na sociedade. Embora não seja um acordo consciente, é visível a manutenção de diversos aspectos desse privilégio, incluindo na educação.

Considerando a necropolítica como uma política da morte e apagamento de tudo que prejudica a vida em sociedade, percebo que a educação é um dos principais eixos de propagação do “deixar viver e deixar morrer”. Assim, a educação exerce influência na morte simbólica, mas também física, dos estudantes negros.

Com base nos dados apresentados, podemos observar que, mesmo com acesso à educação, esta é tão precária que estudantes negros, muitas vezes, não concluem o ensino fundamental. Embora possam existir diversas explicações para o abandono escolar de jovens negros, aqui quero enfatizar como essa precariedade é mais uma forma de a necropolítica atuar politicamente na vida da população negra. Assim, temos um indivíduo negro que está “morto” dentro do sistema educacional, pois não aparece de forma simbólica, seja representado nos livros didáticos ou observando seus pares na escola, já que muitos não concluem o ensino fundamental.

O branco é considerado o ser universal, cuja história é representada através da narrativa colonizadora eurocêntrica. Nesse sentido, em uma tentativa de sobrevivência, jovens negros assimilam-se aos brancos, tentando se tornar semelhantes. Isso também é uma maneira de eliminação do sujeito negro em sua forma ainda mais cruel: a ontológica. Frantz Fanon (2008) denomina isso como a “zona do não ser”, o local onde, neste caso, o estudante negro está, pois deseja incessantemente estar mais próximo do branco.

Dessa maneira, a necropolítica, a educação para negros e a branquitude estão relacionadas em diversos sentidos que foram expostos aqui, seja através do silenciamento, apagamento e/ou subalternização de estudantes negros no sistema educacional, conforme os dados apresentados. Ao analisarmos essas informações, entendemos que também se trata de uma forma de privação de direitos mínimos, ou seja, uma forma simbólica de morrer, pois essas ações têm consequências, como salários menores e o próprio genocídio da população negra. Essa morte epistêmica, identitária, presente nos currículos e práticas pedagógicas, também se relaciona com o conceito de necropolítica.

CONCLUSÃO

O racismo pode ser percebido de diversas formas, sendo uma delas na educação, como demonstrado. Nesta perspectiva educacional, as práticas racistas não são apenas estruturantes, mas também multifacetadas, muitas vezes legitimadas por discursos meritocráticos, científicos e sociais. Espero que, até aqui tenha ficado claro como os conceitos de necropolítica, branquitude e educação estão interligados, conforme evidenciado pelos dados do IDEB e da PNAD.

Ao perceber a construção ideológica do Outro (Fanon, 2008) como um ser que precisa ser aniquilado, a branquitude se apropria dessa tarefa e a executa com o maior impacto possível, sendo a educação uma das formas utilizadas. Embora Foucault

e Mbembe não tenham discutido este tema como central em suas pesquisas e obras, tentei aproximar esses conceitos em um exercício inicial de reflexão para que possam ser aprofundados futuramente. É também imprescindível intervir na postura ainda eurocêntrica das políticas públicas, no caso, as cearenses, para evitar consequências negativas para determinados grupos. Isso requer maior atenção na execução e no planejamento dessas políticas.

A educação não pode ser pensada de forma universal. Ao afirmar isso, proponho uma construção coletiva e racial. Quando não fazemos essa reflexão, estamos tencionando e reafirmando o branco como categoria universal, pois não problematizamos e racializamos essa discussão. Assim, a escola reafirma essa posição, o que gera dados negativos e contribui para a manutenção das desigualdades socio-raciais.

Pensar em educação, branquitude, necropolítica e cidadania envolve um crivo muito importante de oportunidades para milhares de adolescentes e jovens negros, cujos direitos são, muitas vezes, negados ou deturpados. Para repensar isso, é necessário refletir coletivamente sobre o lugar que permitimos à branquitude dentro do espaço escolar, seja através da formação docente ou do currículo. Precisamos questionar: quem está tendo direitos à vida? São os estudantes negros?

Ao trazer o conceito de necropolítica (Mbembe, 2012) para o debate deste artigo, percebo a importância de discutir a permanência de estudantes negros nos espaços escolares. Intervenções precisam ser pensadas por todos que se comprometem com uma agenda educacional antirracista, promovendo, assim, uma verdadeira equidade de oportunidades. Apesar de estarmos inseridos em um sistema estatal neoliberal como o Brasil, faz-se necessário repensar formas de ensino que não levem estudantes negros a abandonarem a escola. Este deve ser um projeto amplo, envolvendo não apenas o sistema educacional, mas a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: **branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 169 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Psicologia de Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo, 2002.

CRUZ, M. S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Nascimento da biopolítica** (1978-1979), SP: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma Branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), **Branquitude, identidade branca e multiculturalismo** (V. Ribeiro, trad., pp. 307-338.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Tendências da desigualdade educacional no Brasil**. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p.423-445, 2000.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf> Acesso em: 15 jan. 2022.

_____, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

OLIVEIRA, Iolanda de. A formação de profissionais de educação para a diversidade étnico-racial. In: Muller, Maria Lúcia Rodrigues e Paixão, Lea Pinheiro. (Org.). **Educação diferenças e desigualdades**. Cuiabá: ELUFMT, 2006.



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14635002>

e-ISSN: 2177-8183

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957].

ROSEMBERG, Fúvia. **Raça e Educação inicial**. Cadernos de pesquisa. N° 77, 1991.

SHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume. 2014.